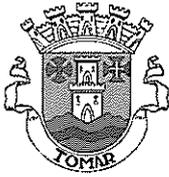
**Reunião ordinária****Data: 2024-09-16****Início: 09.32 horas****Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho****Termo: 11.50 horas****Presenças:**

Presidente	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
Vereadores	Maria de Lurdes Ferromau Fernandes
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão
	Hélder Duarte Henriques
	Luís António Antunes Francisco
	Rita Freitas da Cunha

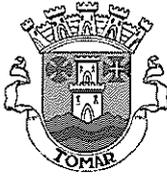
Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----****BALANCETE -----****PROPOSTAS:-----****PROPOSTAS DO PRESIDENTE:-----****N.º 01 – OCUPAÇÃO DE POSTO DE TRABALHO COM UTILIZAÇÃO DE RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNA (6/PPRC/URH/2024)-----****N.º 02 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL (16/PPRC/PR/2024)-----****N.º 03 – CEDÊNCIA DE SALA NO QUARTEL DOS BOMBEIROS À LIGA DOS AMIGOS DOS BOMBEIROS DE TOMAR (17/PPRC/PR/2024)-----****INFORMAÇÕES: -----****INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----****N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 2 DE OUTUBRO DE 2023 (115/PGEN/DAJA/2024 – 11/ORGFUN/PR/2013) -----****DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----****N.º 05 – CEDÊNCIA DE VIATURAS – Comissão Central da Festa dos Tabuleiros (4793/ENTE/DAJA/2024 - 1/VIATEQ/DOM/2013)-----****DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:-----**



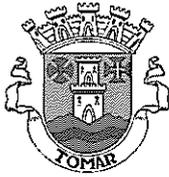
- N.º 06 – CONTRATO-PROGRAMA COM FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE MOTONÁUTICA**
(360/PGEN/DADJ/2024)-----
- N.º 07 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE TOMAR E A ASSOCIAÇÃO DE PATINAGEM DO RIBATEJO** (3596/ENTE/DAJA/2024) -----
- DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:** -----
- N.º 08 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Associação Cultural e Recreativa de Santa Cita** (52/PUBO/DAJA/2024 - 1/PUBLI/DAJA/2024) -----
- N.º 09 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Centro Recreativo, Cultural e Desportivo D. João** (55/PUBO/DAJA/2024 - 1/PUBLI/DAJA/2024)-----
- N.º 10 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Mundo Elaborado-Unipessoal, limitada** (56/PUBO/DAJA/2024) -----
- N.º 11 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Asseiceira** (57/PUBO/DAJA/2024 - 1/PUBLI/DAJA/2024) -----
- N.º 12 – ARRUADA DA SOCIEDADE BANDA REPUBLICANA MARCIAL NABANTINA – isenção de taxas** (286/AGEN/DAJA/2024 - 3/DIVER/DAJA/2024) -----
- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:**-----
- N.º 13 – CONTRATO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL CLDS 5G PARA O CONCELHO DE TOMAR – parceria e plano de ação** (13/ESPP/DEISA/2024 - 17/PROJPAR/DEAS/2013) -----
- DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:**-----
- N.º 14 – LICENCIAMENTO DE ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A HABITAÇÃO COLETIVA E COMÉRCIO E SERVIÇOS – estacionamento - Ana Catarina Fernandes Gomes André e outros** (587/JUEL/DGT/2024 - 275/EDIF/DGT/2023)-----
- N.º 15 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade** (804/JUEL/DGT/2022 - 551/EDIF/DGT/2021) -----
- N.º 16 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade** (832/JUEL/DGT/2022 - 325/EDIF/DGT/2017) -----
- N.º 17 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade** (13/EALV/DGT/2024 - 536/EDIF/DGT/2021) -----
- DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:**-----
- N.º 18 – DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL – atividade operacional no ano de 2024**
(978/PGEN/DPC/2024) -----
- N.º 19 – CENTRO DE RECOLHA OFICIAL – dados estatísticos referentes ao ano de**



2024 (90/PGEN/GMV/2024) -----
N.º 20 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CASAIS E ALVIOBEIRA - Fernando Manuel José Rodrigues (4757/ENTE/DAJA/2024) -----
N.º 21 – DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL – Relatório da ação inspetiva da ANEPC (4888/ENTE/DAJA/2024) -----
DIVISÃO FINANCEIRA: -----
N.º 22 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA DE TOMAR E INSTALAÇÃO DA CRECHE – procedimento de contratação (107/CPUB/DF/2024) -----
EXPEDIENTE: -----
N.º 23 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Igreja Evangélica Baptista de Tomar (4948/ENTE/DAJA/2024 - 15/DIVER/PR/2013) -----
Sendo nove horas e trinta e dois minutos, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião e deu-se início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----
O Sr. Vereador Hélder Henriques deu nota que, no âmbito do Dia Mundial do Animal, se vai realizar uma “Cãominhada”, no dia seis de outubro, entre as nove e as dez horas, na Mata dos Sete Montes, seguida de uma Campanha de Adoção, no Mouchão Parque, até às dezasseis horas. -----
O Sr. Presidente deu nota que, a pedido do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a Mata Nacional dos Sete Montes foi encerrada ontem à tarde, e assim vai permanecer, pelo menos até amanhã, devido ao alerta de calor e de risco máximo de incêndio.
A Sra. Vereadora Rita Freitas deu conhecimento que, hoje, se inicia o período de matrículas para o novo ano letivo na Universidade Sénior de Tomar, com oferta de três novas disciplinas, estando previsto o início das aulas no dia nove de outubro. Deu nota de que, englobado no Congresso do Desporto dos onze concelhos do Médio Tejo, se vai realizar, em Tomar, no dia vinte e um, o Fórum do Desporto, tendo como tema o Desporto como Profissão e como madrinha a judoca tomarense Patrícia Sampaio. -----
A Sra. Vereadora Filipa Fernandes deu nota de que o Festival Internacional de Artes de Rua trouxe milhares de pessoas às ruas de Tomar no último fim-de-semana, mostrou que a cidade está viva, e o Município não quer deixar de partilhar o enorme sucesso do evento com quem o tornou possível: Tenda Produções; projeto Nova Geração, de Helena e Douglas Selway, com dezoito tomarenses a representar a arte das Estátuas Vivas, com o mesmo valor que os



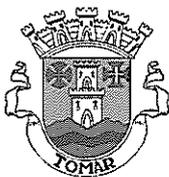
artistas nacionais e internacionais, que muito os orgulharam (expressou um agradecimento muito especial a quem acreditou neste projeto local e que era possível fazer a diferença, e realçou que o mesmo foi requisitado para outros locais, nomeadamente para Coimbra); funcionários municipais, que vestem a camisola e trabalham diariamente para tornar possível estes sonhos e estes grandes desafios. Referiu que não se via a cidade assim, com milhares de pessoas na rua, há muito tempo; tiveram algum receio de levar os espetáculos até à Várzea Grande, mas acabou por ser uma grande oportunidade para promover aquela parte da cidade, e o respetivo comércio e restauração, e deu espaço e comodidade. Realçou que o evento mostrou que a cidade está viva e agradeceu aos visitantes e aos tomarenses que marcaram presença nos diversos espetáculos dando força para que o evento continue. Deu conhecimento que, a partir do dia nove, o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) passou a estar localizado nas instalações do edifício Escavação, assim como o atendimento que era assegurado no Balcão Único (marcação de reunião e de atendimento, habitação social e Rendimento Social de Inserção (RSI), funcionando entre as nove e as doze horas e trinta minutos, e as catorze e as dezasseis horas. Referiu que existe uma equipa bastante coesa e organizada a trabalhar no terreno e tem sido feito um trabalho muito árduo para que nada falte às famílias e estas não sintam as mudanças que se operaram no domínio da descentralização de competências, e é preciso agradecer aos novos técnicos, que tiveram um desafio bastante grande, durante os meses de adaptação, para que tal fosse possível. Sobre o novo ano letivo, deu conhecimento que estão garantidos os transportes escolares gratuitos para todos os alunos em escolaridade obrigatória; está a decorrer um novo concurso para constituir uma nova bolsa de recrutamento de pessoal não docente para as escolas do concelho, que permitirá facilitar a substituição do pessoal que se encontre na situação de baixa prolongada e decorre, até final de setembro, o período de candidatura à atribuição de subsídio escolar para alunos do pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, a submeter na plataforma SIGA, mediante acesso a disponibilizar pelo Gabinete de Educação, a pedido dos pais e/ou encarregados de educação; a empresa que ganhou o concurso para fornecimento das refeições escolares no concelho é a mesma do ano anterior e oferece garantias de um excelente serviço em termos de quantidade e qualidade. Referiu que ainda há pequenas coisas por fazer relacionadas com as duas grandes obras em curso, mas não impedem que as atividades letivas decorram com a maior estabilidade possível. Deu nota que, na reunião havida com o Sr. Diretor da Escola Profissional de Tomar, foi transmitida alguma tranquilidade em relação ao número de inscrições, que, até ao momento, se mantém igual ao ano passado;



o ideal seria que tivessem aumentado, mas a escola continua ativa, a prestar um excelente ensino a todos os alunos que optam pelo ensino profissional e por aquela Escola, que tem excelentes condições, excelentes profissionais e continua a dar as melhores condições aos seus alunos. Salientou que, como sempre, Tomar tem, um parque escolar e recursos humanos inteiramente disponíveis para, com a maior responsabilidade e cuidado, receber as crianças e jovens, e estão reunidas as condições para, como se deseja, os alunos poderem ter o melhor ano escolar de sempre.-----

O Sr. Presidente referiu que a empresa que ganhou o concurso vai fornecer as refeições escolares na cidade porque há outras soluções na área do concelho, nomeadamente através das associações de pais e das instituições particulares de solidariedade social. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que já deveria ter sido prestada pelo Auditor Externo a informação sobre a situação económica e financeira do Município relativa ao primeiro semestre do ano corrente, conforme está obrigado pela Lei número setenta e três barra dois mil e treze; é um documento importante para poderem avaliar e analisar a situação contabilística centrada nas áreas financeira e de gestão orçamental, perceber a situação municipal em termos de limite da dívida total e acompanhar a evolução dos pagamentos em atraso e o prazo médio de pagamentos, assim como o comportamento dos rendimentos municipais, detalhados por transferências, subsídios, impostos, contribuições e taxas, dos gastos e da execução orçamental; é um documento que fomenta melhorias de gestão, maior clareza e divulgação, e questiona para quando se prevê que seja submetido ao órgão executivo. Perguntou se o regulamento dos benefícios fiscais e projetos de interesse municipal já seguiu para publicação, para que possa ter efeitos práticos para os tomarenses, as famílias, as empresas e as associações. Realçou que muito se tem falado sobre a Mata Nacional dos Sete Montes, o estado a que chegou, as ações ou a falta delas, e a possibilidade de intervenção do Município, mediante o estabelecimento de um protocolo; no âmbito da Comunidade Intermunicipal, foi estabelecido um plano de adaptação às alterações climáticas no Médio Tejo, prevendo ações temáticas, incluindo as florestas e a biodiversidade; a nível nacional, a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade dois mil e trinta oferece uma visão de longo prazo, define ações a implementar e pressupõe, certamente, acesso a fundos; a ação municipal deve estar alinhada com estes importantes documentos e gostaria de perceber qual foi a intervenção e o(s) contributo(s) da Câmara Municipal na respetiva elaboração e discussão; por outro lado, causa surpresa que a Mata Nacional dos Sete Montes não conste da listagem de vinte sete matas nacionais publicada pelo Instituto da



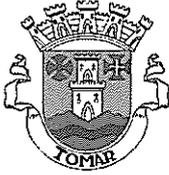
Conservação da Natureza e das Florestas, e gostariam que a situação pudesse merecer algum comentário e fosse indicado se, a propósito, já houve alguma diligência e/ou pedido de esclarecimento. Recordou que, em julho de dois mil e vinte, a Assembleia Municipal aprovou uma Moção apresentada pelos eleitos do PSD, visando a criação do Conselho Municipal do Ambiente e, decorridos quatro anos, ainda desconhecem que tenha havido trabalho com vista à sua implementação, sendo certo que é cada vez mais urgente terem um fórum onde possam ter massa crítica e rodear-se de pessoas e instituições que os ajudem a delinear políticas e práticas na área do ambiente, incluindo as escolas e os alunos do concelho, e a Universidade Sénior.-----

O Sr. Presidente referiu que ainda não receberam o relatório do Revisor Oficial de Contas, e não foram muitos os anos em que isso aconteceu, mas poderá solicitar à Divisão Financeira que solicite ao auditor externo a prestação da informação solicitada, ainda que seja um pouco extemporâneo, porque estão prestes a entrar na fase da preparação do orçamento para o próximo ano. Esclareceu que o regulamento dos benefícios fiscais ainda não seguiu para publicação dado que, decorrente da última deliberação, há um artigo cujo texto tem que ser ligeiramente alterado em termos de português, e a funcionária encarregue do processo esteve de férias, mas estão muito a tempo de assegurar que esteja em vigor antes do próximo ano. Referiu que ninguém desconhece que a Mata dos Sete Montes é uma mata nacional que está, há décadas, sob a responsabilidade do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, e só uma gafe justificará que possa não estar numa qualquer lista, mas não tem qualquer indicação dessa situação; por outro lado, tornou-se habitual dizer que está tudo mal e que nunca esteve tão mau, mas a verdade é que a Mata não está bem há muitos e muitos anos. Lembrou que, em dois mil e treze, quando assumiram funções, estava um único funcionário do ICNF na Mata e, desde então, têm feito um esforço para se irem "apropriando" do espaço por forma a poderem cuidar melhor dele e assegurar a sua preservação; o Centro de Interpretação e Sensibilização Ambiental funcionava na Casa dos Cubos e foi esta governação que o deslocalizou para a Mata, aproveitando as instalações que o Município possui, a chamada Casa do Guarda, para poderem ter ali alguém diariamente a dinamizar atividades com os visitantes e, de alguma forma, a começar a coordenar as questões associadas ao espaço; neste momento, estão afetos à Mata cinco trabalhadores da Unidade de Serviços Urbanos e Jardins, para além de outros projetos que vão dinamizando, nomeadamente de voluntariado no período de verão; conseguiram concretizar a abertura da Porta da Condessa, para acesso interior ao Castelo, e vice-versa; fizeram um furo de captação de água, construíram uma rede



de rega e de bocas de incêndio (seis) e melhoraram alguns acessos, e estão a trabalhar numa candidatura para recuperar os tanques existentes, visando a sua utilização para abastecer todo o espaço, em conjunto com o sistema natural que existia; têm vindo a melhorar o parque infantil e construíram um quiosque junto ao equipamento, que pretendem concessionar; reabilitaram o circuito de manutenção e instalaram nova sinalética, entre outras ações; mesmo sem ter, até ao momento, qualquer responsabilidade no espaço, o Município tem vindo a fazer um conjunto de intervenções para o melhorar e apresentou uma contraproposta de protocolo visando assumir a cogestão, ainda sem resposta, porque desejam assumir essa responsabilidade; sabem que não vão ser ressarcidos financeiramente de nada, mas do que já foi conversado com a Direção Regional, podem ter algum caminho ao encontro de outras propostas que apresentaram na contraproposta. Salientou que, no âmbito da adaptação às alterações climáticas, substituíram o sistema de rega natural por sistemas que aproveitam a água do rio e das piscinas, e as águas pluviais, praticamente em toda a cidade, e estão a fazer um conjunto de depósitos na zona da Nabância, tendo também melhorado a captação de água do rio no Horto Municipal; têm apoiado os projetos locais de intervenção florestal nas Freguesias de Sabacheira e de Além da Ribeira e Pedreira, assumindo as contrapartidas próprias dos projetos financiados; mais do que documentos, são as ações que importam e estas têm acontecido, e continuarão a acontecer, e a crescer, apesar de não estarem colocadas num documento bonitinho e sistematizado. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que a sua intervenção decorre da consulta ao site do ICNF e aos vários documentos que identificou, e sugeria que o Sr. Presidente os pudesse consultar também, porque essa leitura lhe faria bem, até para poder melhor definir as ações municipais e aceitar as propostas que os eleitos do PSD vão fazendo. Realçou que o auditor externo que procede anualmente à revisão legal das contas municipais é nomeado pela Assembleia Municipal, por proposta da Câmara Municipal, e lhe compete remeter, semestralmente, aos órgãos executivo e deliberativo, informação sobre a situação económica e financeira; não se trata de recomendar a prestação dessa informação, nem esta é extemporânea, pelo menos para os eleitos do PSD; o Sr. Presidente e os vereadores da maioria terão na sua posse todos os elementos, mas eles deveriam ser do conhecimento de todos os eleitos deste órgão, e também do órgão deliberativo, porque, desta forma, estão a condicionar a transparência dessas informações. Referiu que o Sr. Presidente já os habituou a uma análise pela rama, e a frequente alusão ao passado, mas a sua intervenção anterior sobre a Mata dos Sete Montes e a temática do ambiente, tem por base os resultados que são



visíveis, e o acompanhamento que fazem da ação municipal, e ela precisa de congregar opiniões e sugestões de pessoas e/ou entidades ligadas à área do ambiente, que possam enriquecer as políticas públicas municipais.-----

O Sr. Presidente referiu que há quem goste muito de comissões (e há muitas, por vezes até se sobrepondo umas às outras, em termos de áreas e de matérias) e que a Assembleia Municipal tem uma Comissão de Ambiente (não sabe quantas vezes reuniu e que resultados teve, mas poderão fazer a pergunta àquele órgão), mas é de ações que precisam, e é para trabalhar e para agir que cá estão; se há alguém que sabe a questão da mata, dos jardins ou de outras matérias, são os tomarenses, e quem cá está para dar a cara, quem as pessoas indicaram para resolver os problemas do concelho, e não precisam que venha um perito explicar-lhes o que é preciso fazer, apenas necessitam de ter meios para executar. Realçou que não pediu ao revisor oficial de contas para não enviar o relatório, por não o querer mostrar à oposição e que o documento que está a ser reclamado raramente foi apresentado, mas vai instruir a Divisão Financeira para solicitar ao Revisor Oficial de Contas que o possa elaborar e enviar.-----

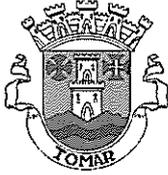
A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes frisou que o Sr. Presidente tem é que exigir o documento porque o Município paga ao auditor para fazer o trabalho que tem que ser feito e lhe compete. Referiu que, se percebeu bem, vai ser alterada a redação de um artigo do regulamento de benefícios fiscais, antes de ser enviado para publicação, e, se assim for, questiona se isso poderá acontecer sem que o mesmo seja submetido novamente à Assembleia Municipal.-----

O Sr. Presidente referiu que o regulamento dos benefícios fiscais não pode contrariar a legislação que, entretanto, foi publicada e é necessário fazer essa pequena alteração antes de remeter para publicação.-----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes insistiu na questão do Conselho Municipal do Ambiente.-----

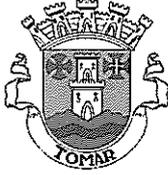
O Sr. Presidente reiterou que, neste momento, não há intenção de criar mais nenhuma comissão ou conselho municipal até porque existe uma Comissão Municipal do Ambiente no âmbito da Assembleia Municipal, onde todas as matérias deste tema poderão ser discutidas. --

O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que a Comissão Municipal de Ambiente da Assembleia Municipal não tem atividade, e seria de a Câmara Municipal perguntar o que se passa com ela, mas aquele órgão também aprovou a constituição de um Conselho Municipal do Ambiente, algo mais aberto e mais abrangente. Recordou que, em dois mil e vinte e dois, defendeu aqui



que Tomar é uma terra de muitos e bons desportistas, detentora de uma variedade enorme de clubes, com referências a nível nacional e internacional, e o Município deveria ter participado na primeira edição do Congresso do Desporto do Médio Tejo; na altura, a governação não fazia a mínima ideia do referido congresso e causou estranheza que tenha defendido que Tomar não tinha que estar em tudo; a segunda edição passou e vê agora, com agrado, que, finalmente, tenham decidido participar. Sublinhou que a Sra. Vereadora Filipa Fernandes fala em excelente qualidade e excelentes condições da Escola Profissional de Tomar, mas, na realidade, a manter-se o número de inscrições do ano passado – onde tiveram uma redução de trinta alunos em relação ao ano transato e levou ao encerramento de dois dos quatro cursos – não consegue ver um cenário tão positivo; em termos de instalações e de corpo docente, a escola está dimensionada para um determinado número de alunos e está a passar uma fase complicada, e, este ano letivo, a situação não fica melhor, e, acima de tudo, preocupa ver que a Câmara, que é parte interessada e participa na Direção da escola, em vez de admitir e reconhecer a situação, e procurar soluções, continua a empurrar com a barriga, sem ter uma ideia concreta para o futuro da Escola Profissional de Tomar; fica quase com a ideia que já dão isto como um caso perdido e se limitam a assistir ao seu definhamento. Referiu que acaba de confirmar que a Mata Nacional dos Sete Montes não consta na listagem das Matas Nacionais que se encontra publicada no site do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e seria de alertar para a necessidade de revisão desse eventual lapso, que não deixa de ser uma falta de consideração para com o Município de Tomar e para com espaço; a dada altura, o Sr. Presidente quase disse que se quer fazer parecer que nada foi feito ao longo desta governação, mas foi na governação anterior que nada foi feito, e tem que recordar que a requalificação do percurso e do parque infantil, e a Casa do Guarda, vêm da governação anterior, assim como o Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental (CMIA), ao qual não foi dada continuidade. Deu nota que, em resposta a um requerimento apresentado sobre a videovigilância, foi referida a redução do número de câmaras espalhadas pela cidade, por acordo entre o Município e a PSP, mas não se quantifica, e era importante que acontecesse até porque, ainda esta semana, o próprio Presidente da Junta da União das Freguesias de Tomar dizia que a videovigilância é fundamental. -----

O Sr. Presidente referiu que quando o sistema estiver apto a ser montado o Sr. Vereador terá conhecimento de tudo o que foi tratado entre os serviços e a PSP, sendo certo que há pelo menos um local que fica com cinco câmaras e alguns locais que ficam com quatro; é impossível vigiar toda a cidade, e também não lhe parece que seja o que se deseja, e,



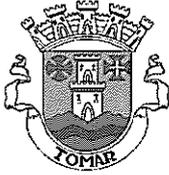
independentemente da opinião que possam ter, mesmo que sejam autarcas, não se pode achar que a videovigilância vai ser uma espécie de remédio absoluto para todos os problemas. Referiu que lhe pareceu ter ouvido que foi a governação do PSD que fez o circuito de manutenção na Mata e que esta governação não fez nada sobre o Centro de Interpretação e Sensibilização Ambiental, mas a verdade é que, quando assumiram funções o CISA não servia para nada; justificou a candidatura para requalificação da Casa dos Cubos, onde havia um Laboratório (que ainda lá se encontra, se bem que haja a intenção de o deslocalizar para a Casa do Guarda) e se utilizava o átrio para umas exposições relativas ao ambiente; foi a forma de ir buscar o dinheiro para a obra, mas não havia qualquer intenção real de ter um CMIA/CISA e o que havia era pouco mais do que nada; com esta governação, foi transferido para um local mais apropriado e propício ao desenvolvimento das atividades, e tem trabalhado muito, num primeiro momento em ligação com as escolas, e, depois, na ligação com o Departamento de Obras Municipais, cuja estrutura passou a integrar, também para ir dando apoio às questões de natureza ambiental e das alterações climáticas e, neste momento, é a Engenheira Ambiental que coordena o CISA que participa nas reuniões e eventos destas áreas. Salientou que sempre que se está, publicamente, a falar negativamente da Escola Profissional se está a fazer um mau serviço; nestas coisas, a perceção é muito importante, nomeadamente para as famílias e os encarregados de educação; só nos dois agrupamentos de escolas do concelho, existem mais de trezentos alunos em ensino profissional, mais do dobro dos alunos que a Escola alguma vez pode ter, e, neste contexto, manter o número de alunos é muito bom e dá alguma expectativa que a situação se possa inverter; a escola tem bom ensino, ofertas diferenciadoras em termos de cursos e de saídas profissionais e todas as novas turmas terão que fazer o seu percurso até ao final do ciclo de ensino; tem algumas dificuldades, mas mantém uma situação estável e vai continuar a funcionar com a qualidade que tem tido. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que é esta forma de ver, de pensar e de trabalhar que os separa; enquanto o Sr. Presidente prefere não falar, por causa da perceção pública, ele prefere ação e resolução; as coisas não se resolvem por magia e não podem ser ignoradas, até porque os pais preferirão uma atitude responsável de alguém que percebe que há um problema e está a trabalhar para a solução; aos microfones da Hertz, o Diretor da Escola Profissional de Tomar falou de um futuro em risco (sic), mas, para a Câmara Municipal, as coisas até estão boas e, por uma questão de perceção, mais vale ignorar os problemas que existam. Sublinhou que, em janeiro, o Sr. Presidente deu nota da realização de reuniões com os proprietários dos terrenos para o Parque de Feiras e que se estava na fase de apresentação



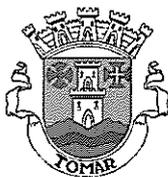
de propostas e contrapropostas, com as negociações a encaminhar-se para bom porto; pediu informação atualizada e questionou se vão ter parque de feiras, mesmo sabendo que isso demorará vários anos; a acontecer a aquisição do terreno, há projetos a elaborar, financiamento a procurar e obras a executar, e têm que ser sérios e claros; também aqui é uma questão de atitude e de forma de trabalhar, e de não estar a criar falsas expectativas se elas realmente não existirem. Salientou que os terrenos pensados para o parque de feiras estão contemplados no Plano de Pormenor do Flecheiro e do Mercado; na reunião de dois de novembro de dois mil e vinte um, foi aprovada a suspensão parcial do plano para viabilizar as obras da terceira fase do Flecheiro e também o início de um novo procedimento de revisão do referido instrumento de gestão territorial, com prazo de execução de três anos; em agosto desse ano, tinha sido aprovada a caducidade do procedimento anterior, iniciado em dois mil e quinze; gostaria de saber se será levantada a suspensão parcial do Plano de Pormenor depois de terminadas as obras do terceira fase do Flecheiro e se o procedimento de revisão está concluído, ou em fase de conclusão, porque o prazo de execução está a terminar. -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes referiu que o Sr. Vereador insiste em denegrir publicamente a imagem da Escola Profissional de Tomar e não será dessa forma que contribuirá para a resolução dos problemas; ninguém esconde que existem problemas, decorrentes da diminuição do número de alunos, devido à existência de novos cursos profissionais no território, mas não creem que colocar isso publicamente seja solução, ou ajude a instituição; não é essa a postura que têm, nem nunca irá ser, e, caso o Sr. Vereador queira contribuir para a solução, está disponível para o(s) receber no seu gabinete e para aceitar as propostas de melhoria. Perguntou ao Sr. Vereador se já apresentou alguma proposta e em que é que se baseia para afirmar que a governação nada faz, porque é claro que estão a estudar a possibilidade de novos cursos, entre outras soluções, com quem de direito, com o Diretor e com a coordenação, dentro de portas; garantidamente, não é a denegrir publicamente a imagem da escola que a ajudam; dessa forma, muitos pais ficaram preocupados e recuaram na intenção de inscrição; não basta ter o microfone e a câmara ligada e dizer que a escola está mal, que nada se faz e que assistem ao seu definhar, até porque assistir ao definhar é falar mal sem apresentar propostas. Referiu que, por vezes, tem dúvidas que o Sr. Vereador viva em Tomar, ou que viva a comunidade local e não compreende que possa dizer o que disse sobre o Centro de Interpretação e Sensibilização Ambiental (CISA), que está instalado na Mata Nacional dos Sete Montes, pelo que o convida para efetuar uma visita e comprovar que desenvolve atividades excelentes para as famílias. -----



O Sr. Presidente salientou que, em muitas matérias, a perceção é muito importante, muitas vezes até mais do que a realidade, nomeadamente na área da educação; falar de possíveis encerramentos, em época de matrículas, é uma forma de levar as famílias a não querer escolher esse estabelecimento de ensino; sempre que se fala demasiado da escola, ainda por cima dando ideias que não são reais, não se está a ajudar a resolver os problemas, que existem, mas não aumentaram este ano, porque o número de alunos se mantém e há uma nova turma a entrar. Sublinhou que a governação do PSD se preocupou tanto com a Escola Profissional que teve alguém a representar o Município, durante vários mandatos, sem qualquer nomeação ou forma legal; tinha sido vereador e ficou lá esquecido, mesmo depois de ter deixado de ter qualquer ligação com o Município. Sobre o Parque de Feiras, referiu que as conversações têm continuado e há vontade das partes de chegar a um acordo, mas terá que estar devidamente enquadrado em termos legais e jurídicos; há interesse em que o terreno seja cedido quanto antes ao Município e a parte que permanece na titularidade do privado siga o seu caminho, que tem muito a ver com a revisão do Plano de Pormenor do Flecheiro e do Mercado, mas não é fácil, e não querem fazer nada que, no futuro, possa vir a acarretar qualquer problema para nenhuma das partes. Esclareceu que o procedimento de revisão do Plano de Pormenor só pode ser retomado depois de terminadas as obras do Flecheiro; adiantaram trabalho, nomeadamente o novo estudo hidráulico, que foi apresentado publicamente no dia em que a Sra. Ministra do Ambiente visitou a obra, e servirá para dar conteúdo à proposta final, mas é quase certo que tenham que prorrogar o prazo de elaboração, até porque, na semana anterior, o processo de expropriação da pequena parcela que impede a continuação dos trabalhos e a conclusão da obra, ainda aguardava o despacho do Sr. Secretário de Estado. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que o procedimento começou em dois mil e quinze, voltou à estaca zero em dois mil e vinte e um e, a confirmar-se a necessidade de prorrogação, na prática, aumenta para doze anos o prazo de elaboração da revisão do Plano de Pormenor; é tempo demasiado e faz lembrar o Plano de Pormenor de Vale dos Ovos que também parece não sair da cepa torta. Realçou que, se não fossem tão tristes, algumas das coisas que aqui foram ditas quase davam para rir; já está habituado a que, em particular a Sra. Vereadora Filipa Fernandes, sempre que vê os temas mais apertados, parta para o ataque à sua pessoa, mas a atitude fica com quem a pratica; não lhe parece razoável vir acusá-lo, ou ao PSD, de que não há inscrições na Escola Profissional de Tomar por causa das suas intervenções públicas, até porque ninguém colocou em causa a qualidade do ensino e das instalações, nem

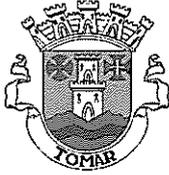


denegriu a imagem da entidade; é preciso falar do assunto para procurar as soluções, até porque dizem que estão a fazer muita coisa, mas só falam em estudar, e já estudam há uma série de anos, e deviam era dizer a tanta coisa que está a ser feita, as soluções, melhorias e inovações que estão a ser procuradas e/ou aplicadas, porque ficariam todos mais tranquilos, incluindo os pais. -----

O Sr. Presidente referiu que, tal como outros, o Plano de Pormenor do Flecheiro e do Mercado abrange uma área demasiado extensa; o procedimento de revisão iniciado em dois mil e quinze tinha como objetivo resolver a situação de um edifício de uma instituição privada de solidariedade social, cuja construção violava o plano existente, e fora financiada em dois milhões, seiscentos mil euros; foram obrigados a um enorme esforço com as duas Comissões de Coordenação Regional e com a Agência Portuguesa do Ambiente para conseguir resolver e poderem vir a legalizar o edifício e o mesmo poder ter uso, serem criados postos de trabalho, e impedir que a instituição tivesse que devolver os milhões que recebera; nessa altura, não se tinha colocado a possibilidade de vir a ter financiamento para o Flecheiro; queriam muito requalificar o espaço e trabalhavam na vertente do realojamento das famílias, mas, em termos de obra, não estava pensado o que é que poderia vir a ser ali feito, e muito menos a obra que acabou por ser executada, enquadrada em termos de risco de cheias e inundações; quando a oportunidade se colocou, não a podiam perder e redefiniram os objetivos do procedimento de revisão. -----

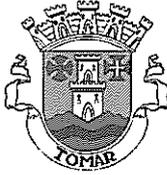
A Sra. Vereadora Filipa Fernandes realçou que não acusou ninguém, nem o pretende fazer, a menos que o pedido que fez ao Sr. Vereador, para apresentar soluções, tenha sido assim entendido; nesse caso, pede desculpa, sendo certo que não podem querer dizer tudo o que pensam e lhes vai na alma, acusando-os de inércia e de estarem a assistir ao definhamento da Escola Profissional, e esperar que se mantenham calados. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco chamou a atenção para o facto de o edifício dos Paços do Concelho não ter as colchas colocadas nas janelas à passagem do Círio de Nossa Senhora da Piedade, como é habitual, e deve ser tido em conta no futuro, para dar uma maior dignidade a este tipo de eventos com alguma tradição. Referiu que valia a pena rever o contexto do projeto da rua Coronel Garcês Teixeira e introduzir pequenas melhorias; há calçada levantada junto às instalações da Caixa de Crédito Agrícola/ Farmácia Dias Costa/ Affidea, muito devido ao estacionamento abusivo em cima dos passeios, e a descida da ciclovia junto à rotunda do McDonald's é muito abrupta. Realçou que o quiosque da avenida D. Maria II permanece fechado e não há informação sobre as eventuais dificuldades que impedem a sua abertura, e



seria de avaliar as causas do deslizamento de terras que têm ocorrido na avenida Dr. Vieira Guimarães, para prevenir alguma situação mais perigosa, até porque o inverno se aproxima. Perguntou o que está previsto em termos de iluminação do parque do Flecheiro, e quando acontecerá. Deu nota que tem havido queixas de furtos no Horto Municipal e seria de ter informação sobre o que está pensado para prevenir estas situações, eventualmente com recurso a câmaras de videovigilância; as pessoas pagam uma pequena renda para ter as suas hortas e é preciso avaliar o que poderá ser feito para garantir a segurança dos seus produtos. Realçou que muitos cidadãos se manifestaram um pouco indignados face ao ruído proveniente do funcionamento da varredora aspiradora ao domingo, às seis horas; por um lado, há que saudar os trabalhadores que fizeram aquele trabalho aquela hora de domingo, mas parece de rever o horário deste tipo de ações porque parecem colidir um pouco com o direito ao descanso dos residentes. Reconheceu que o Festival de Artes de Rua correu bem e trouxe movimento à cidade, e será de felicitar quem se empenhou na sua realização e todo o trabalho de base feito pelos serviços e pela vereação; no entanto, os recursos são limitados e há sempre qualquer coisa que fica por fazer quando se toma uma determinada opção e se define um tipo de prioridades, e seria de refletir se é este o caminho e se será isto que se espera que uma Câmara Municipal faça; o Município tem custos com o evento e está a fazer concorrência com outras festas do concelho, houve quem esperasse ver muito mais gente na cidade e ache que não teremos tido muita gente de fora devido ao evento, mas não conhece os dados que possam existir para o confirmar ou para o contrariar; também houve queixas, nomeadamente de dispersão; o envolvimento de toda a cidade na atividade pode ser uma vantagem, mas quem está a vender num determinado sítio acha sempre que venderia mais se existissem outras atividades, e pode significar menos público para quem está a atuar; há sempre várias hipóteses e é preciso repensar este tipo de eventos também neste contexto; é bom saber que há dinâmicas que envolvem gente da terra, mas muitos artistas eram de fora e seria de conhecer o retorno que este(s) evento(s) gera em termos futuros e qual o impacto que terá(ão) a médio e longo prazo. -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes agradeceu a sugestão sendo certo que repensam sempre as opções após o termo das iniciativas e das atividades que desenvolvem, para que possam melhorar e eliminar aquilo que possa ter corrido menos bem; há sempre o cuidado de integrar os artistas locais que existem nas áreas associadas às diferentes temáticas e, no Festival de Artes de Rua, estiveram os Drama e Beiço, os Está bem Abelha, as Sellium, a Thomar Honoris e o Projeto Nova Geração, dinamizado pelos Selway; por outro lado, está



redondamente enganado quem acha que não houve pessoas de fora no evento; esteve presente nos diferentes espaços todos os dias, assistiu praticamente a todos os espetáculos e teve o cuidado de falar com as pessoas, que, constantemente, a abordaram para a congratular pelo evento e lhe apresentar pessoas que tinham vindo propositadamente de São João da Madeira, de Coimbra, do Porto, entre outras localidades, para o Festival: houve até um casal de espanhóis que se deslocava para Coimbra e, vendo o outdoor na autoestrada, ficou o fim-de-semana no parque de autocaravanas. Salientou que a Câmara promove, desenvolve e investe com o intuito de promover a economia local e ajudar a restauração, a hotelaria, o comércio e os serviços; é esse o foco e o objetivo que têm tido e vão continuar a ter; o Festival de Estátuas Vivas era financiado e tinha um investimento a rondar os cento e mil euros e o Festival de Artes de Rua custa sessenta mil euros. -----

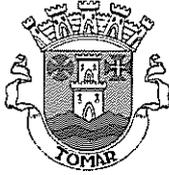
O Sr. Presidente referiu que não têm que ter sempre a mesma opinião, mas é preciso que seja minimamente coordenada; há quinze dias, o Sr. Vereador Tiago Carrão dizia que o Festival de Estátuas Vivas é que era bom, tinham acabado com ele quando podiam ter os dois; agora, dizem que, se calhar, há eventos a mais e se gasta dinheiro; é uma evidência que este festival sai bastante mais barato e que boa parte do dinheiro fica na comunidade; são muitos os artistas locais que participam e, na verdade, o Município também promove a criação e a produção local, porque há grupos que se formaram muito por ação da Câmara Municipal e dos eventos que promove, e que, hoje, não atuam só em Tomar. Referiu que, por vezes, se quer dizer que Tomar é uma aldeia, mas é uma cidade, e grande; não se conhecem todos, mas, se participarem neste ou naquele evento, ou se andarem diariamente na rua, percebem quando é que a generalidade das pessoas é de fora ou mais da casa; depois, como dizia a Sra. Vereadora Filipa, há sempre coisas a melhorar e é preciso refletir e analisar, no fim de cada evento, para ver o que correu menos bem e o que pode ser melhorado, e isso tem acontecido, nomeadamente quanto à maior ou menor dispersão espacial; haverá sempre críticas, qualquer que seja a opção, mas a maior dispersão faz com que as pessoas circulem mais; nos primeiros anos, as Estátuas Vivas, por exemplo, centravam-se na Corredoura e na Praça da República, e as pessoas ficavam tipo sardinha em lata; depois alargou-se para o Jardim e teve que se ir avaliando, como se tem que fazer agora, sendo certo que parece correto o princípio de que, se as pessoas circularem mais, passam por mais estabelecimentos comerciais e também lhes interessa que as pessoas consumam no comércio local. -----

O Sr. Vereador Hélder Henriques deu nota de que está a ser preparada uma intervenção no arvoredado da estrada do Convento com corte de ramagens e redução de copa de algumas



árvores, corte de uma espécie invasora (Ailanthus) e de uma Robinia que está a perturbar o acesso. Reconheceu que tem conhecimento que ocorrem furtos nas hortas municipais, mas o Município não tem mecanismos para combater a situação e terão que ser os próprios a arranjar forma de preservar, resguardar e acautelar os seus produtos; há a perceção que as câmaras poderiam dar alguma ajuda, mas só o futuro dirá da sua real utilidade. Referiu que a ação da varredoura decorreu entre as seis e as nove horas porque há pouca ou nenhuma circulação de pessoas e viaturas; também se colocou a hipótese de a realizar imediatamente após o Rally, mas foi esta a opção; sabem que esta ação causa algum transtorno, mas há necessidade de a fazer e só acontece uma vez por ano. -----

O Sr. Presidente realçou que a lavagem acontece mais vezes para além do evento. Referiu que os cidadãos têm direito à crítica e à opinião, mas, por vezes, por muito politicamente incorreto que possa ser, há que censurar um ou outro ponto de vista; houve quem estivesse a favor da lavagem e quem estivesse contra, mas, houve quem comentasse que, se andassem de pá e vassoura, como antigamente, não fariam barulho, o que mostra bem que, para algumas pessoas, não importa o trabalho e a comodidade dos outros desde que a sua esteja garantida; não é fácil encontrar a solução, sendo certo que o mais adequado é que a ação se realize antes de haver circulação de pessoas e veículos, como acontece genericamente nas cidades que a realizam. Reconheceu que não foram colocadas as colchas nas janelas, por esquecimento, e se procurará que a situação não se repita, porque é uma tradição a manter. Referiu que as obras da rua Coronel Garcês Teixeira, da avenida Nuno Álvares Pereira e da rua Torres Pinheiro estão dentro da garantia e terão que ser os empreiteiros a fazer as reparações que forem necessárias, sendo certo que não virão tratar de um ou dois pormenores individualmente; muito do que está para corrigir tem a ver com a má utilização do espaço público, nomeadamente dos passeios, que, sistematicamente, são utilizados para estacionamento, provocando incómodo aos peões e situações de insegurança, e também danos nas infraestruturas, devido ao peso e à forma como se sobe e desce desses espaços, e era bom que se corrigisse também a falta de civismo no estacionamento até porque, na rua Coronel Garcês Teixeira, o estacionamento existe e o edifício onde se concentram um conjunto de espaços comerciais e de prestação de serviços também dispõe, como é obrigatório, de um parque de estacionamento para uso dos respetivos clientes. Esclareceu que há umas questões de detalhe nas WC do quiosque, mas o que está a fazer demorar a abertura, assim como a existência de iluminação no Flecheiro, e a colocação de uma torre central de iluminação no Skate Parque, é a demora da E-Redes na execução das ligações elétricas, em especial as



novas, problema que é extensivo aos privados, que também se queixam muito. -----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia: -----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia treze de setembro de dois mil e vinte e quatro, o qual acusa os seguintes saldos: cinco milhões, duzentos e trinta e dois mil, novecentos e vinte e dois euros e cinquenta e três cêntimos (5.232.922,53€) em Operações Orçamentais, e quatrocentos e setenta e dois mil, duzentos e um euros e setenta e três cêntimos (472.201,73€) em Operações Não Orçamentais. -----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTAS DO PRESIDENTE:-----

N.º 01 – OCUPAÇÃO DE POSTO DE TRABALHO COM UTILIZAÇÃO DE RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNA -----

Foi presente a seguinte proposta do Sr. Presidente: -----

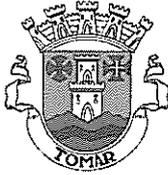
Considerando que:-----

O Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com a Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, determina nos artigos 28.º e 30.º que o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal aprovado nas condições estabelecidas na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, são precedidos de aprovação do respetivo órgão executivo; -----

Existindo lugares previstos no mapa de pessoal, de acordo com os n.ºs 5 e 6 do artigo 25.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, que refere que, num procedimento concursal que vise a ocupação futura de postos de trabalho ou a lista de ordenação final contenha um número de candidatos aprovados superior ao dos postos de trabalho a ocupar, é constituída uma reserva de recrutamento interna;-----

Na sequência da abertura de procedimento concursal para ocupação de 4 lugares para a carreira/categoria de Assistente Operacional na área de Cantoneiro de Limpeza, publicado no Aviso (extrato) n.º 9113/2023, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 89 de 9 de maio e na BEP código de oferta OE202305/0237, verifica-se a existência de reserva de recrutamento, sendo a mesma válida pelo período de 18 meses contados da data de homologação da lista de ordenação final;-----

Uma vez que estão cumpridas as regras de equilíbrio orçamental e que se verifica a necessidade imperiosa de assegurar necessidades permanentes na Unidade de Serviços



Urbanos e Jardins, unidade orgânica na qual existe lugar disponível no mapa de pessoal para o ano de 2024, na categoria de assistente operacional na área de cantoneiro de limpeza; -----
Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º da LTFP, os encargos relativos aos postos de trabalho para o qual se prevê o recrutamento, foram devidamente cabimentados no orçamento do Município, previsto para o ano de 2024, aprovado em deliberação do executivo Municipal de 30 de novembro de 2023 e deliberação da Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2023. -----

Face ao exposto, e de acordo com o mapa de pessoal do ano de 2024, após efetuada a consulta da reserva de recrutamento e respeitando a ordenação constante da lista unitária de ordenação final, respeitante ao Aviso (extrato) n.º 11417/2024/2, proponho a ocupação do posto de trabalho abaixo mencionado: -----

Nº de lugares	Carreira	Categoria	Área de atividade
1	Assistente Operacional	Assistente Operacional	Cantoneiro de Limpeza

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 02 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL-----

Foi presente a seguinte proposta do Sr. Presidente: -----

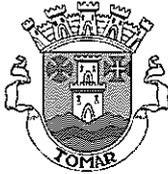
Considerando que:-----

Nos termos do disposto no artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, adiante designada por LTFP, conjugado com o disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, compete ao órgão executivo promover o recrutamento dos trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho; ---

No mapa de pessoal do Município de Tomar, existe uma trabalhadora, detentora da carreira e categoria de técnico superior na área de arquitetura, a exercer funções em outro organismo público, em situação de mobilidade entre órgãos ou serviços, prevendo-se a consolidação da mobilidade na categoria na entidade de destino, assim que seja possível legalmente; -----

O posto de trabalho em causa, na carreira e categoria de técnico superior na área de arquitetura, constitui necessidades permanentes de recrutamento do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Tomar;-----

O último procedimento que decorreu para a categoria de Técnico Superior na área de arquitetura foi realizado no ano de 2019, pelo que desta forma, o Município de Tomar, não dispõe de candidatos em reserva de recrutamento interna na carreira e categoria na área de



atividade em causa; -----
Atenta a norma habilitante contida nos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 30.º da LTFP na atual redação, é possível promover o recrutamento dos trabalhadores necessários, para preenchimento dos postos de trabalho que venham a ficar disponíveis, sendo que, o recrutamento pode ser efetuado mediante procedimento concursal a que possam concorrer os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público por tempo indeterminado; -----

As reservas de recrutamento do respetivo procedimento, serão para a unidade orgânica do Município de Tomar, em que se verifique postos de trabalho disponíveis de acordo com o mapa de Pessoal em vigor, nomeadamente para a Divisão de Gestão do Território; -----

As verbas destinadas a suportar os encargos com o recrutamento para a ocupação dos postos de trabalho encontram-se cabimentadas no orçamento municipal para o ano de 2024, na rubrica "Recrutamento Pessoal para Novos Postos de Trabalho" com uma dotação de 302.000,00 €. -----

Assim, no uso das competências que me são conferidas pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, e nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 33.º da LTFP, conjugado com a alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, proponho à Câmara Municipal de Tomar, nos termos das disposições conjugadas com os n.ºs 1 e 4 do artigo 30.º da LTFP e com os n.ºs 1 dos artigos 4.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, a abertura do procedimento concursal por tempo indeterminado, com vista à constituição de reservas de recrutamento para a carreira e categoria de Técnico Superior na área de arquitetura. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

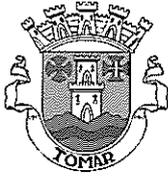
N.º 03 – CEDÊNCIA DE SALA NO QUARTEL DOS BOMBEIROS À LIGA DOS AMIGOS DOS BOMBEIROS DE TOMAR-----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta de contrato de comodato tendo por objeto a cedência à Liga dos Amigos dos Bombeiros de Tomar de uma sala do Quartel dos Bombeiros do Município de Tomar. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do contrato de comodato nos seus exatos termos. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

INFORMAÇÕES: -----

**INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----****N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 2 DE OUTUBRO DE 2023-----**

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados pelo Sr. Presidente, no uso das competências delegadas pela Câmara Municipal, por deliberação de 2 de outubro de 2023, bem como os despachos efetuados pela Sra. Vereadora Filipa Fernandes e pelo Sr. Vereador Hélder Henriques, no uso das competências subdelegadas pelo Sr. Presidente, na sequência da referida deliberação.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão deu nota de não ter sido enviada a décima quarta alteração ao orçamento, nem facultado o acesso ao processo, como é habitual.-----

O Sr. Presidente referiu que o lapso irá ser corrigido.-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:-----**N.º 05 – CEDÊNCIA DE VIATURAS – Comissão Central da Festa dos Tabuleiros-----**

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a disponibilização de viaturas à Comissão Central da Festa dos Tabuleiros, nos dias 5 a 9 de setembro, para a Exposição da Festa dos Tabuleiros na Festa do Avante, nos termos e fundamentos da informação n.º 7529/2024 do Departamento de Obras Municipais.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho 2461/DOM/2024, de 3 de setembro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco, com a declaração de voto transcrita em ata.-----

Declaração de voto da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco:-----

"A Festa dos Tabuleiros é de Tomar e de todos os tomarenses, agregadora e geradora de consensos, o que não tem acontecido nestas últimas semanas.-----

Esta cedência está relacionada com a ida da Festa dos Tabuleiros à Festa do Avante, um evento que se apresenta como "político -cultural, organizado pelo Partido Comunista Português".-----



Entendemos que a Festa dos Tabuleiros deve manter-se afastada da política, por isso os Vereadores do PSD votam contra.”. -----

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 06 – CONTRATO-PROGRAMA COM FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE MOTONÁUTICA--

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Rita Freitas referente à informação n.º 1403/2024 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do Contrato-Programa a estabelecer com a Federação Portuguesa de Motonáutica visando apoiar a organização do Campeonato de Ski Aquático, nos respetivos termos e fundamentos.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar a minuta do referido Contrato-Programa nos seus exatos termos. -----

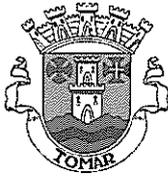
Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco, com a declaração de voto transcrita em ata. -----

Declaração de voto da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco: “Este processo é um exemplo da leviandade com que a governação trata os dinheiros públicos, i.e., o dinheiro dos contribuintes. -----

A proposta é de atribuir um apoio financeiro de 10.000€ à Federação Portuguesa de Motonáutica para realização do Campeonato Nacional de Ski Aquático, sem que seja prestada qualquer informação ou especificidade da alocação deste apoio. Em que despesas ou custos se basearam para esta atribuição? São 10 mil euros, como poderiam ter sido 5 ou 20. A atribuição destes apoios deve ser feita com rigor e critério. -----

Mais importante é o facto de não ser apresentado o cabimento orçamental para esta despesa – não consta nem na informação enviada, nem na documentação acessível na consulta ao caso. Os Vereadores do PSD votam contra.”. -----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Presidente referiu que há a intenção de realizar este campeonato na Barragem do Carril, mas ainda não há a certeza de poder acontecer, estando a ser feitas as diligências necessárias junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional e da Agência Portuguesa do Ambiente; parece muito interessante que, para além dos fins agrícolas, aquele equipamento possa ter outra utilização, e a proximidade à cidade



acrescenta potencial ao evento, mas, se não vier a ser autorizado, acontecerá na Albufeira do Castelo do Bode. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que não põe em causa o mérito do evento, mas a documentação é escassa e não consta em lado nenhum que se pretenda utilizar a Barragem do Carril, assim como não se apresenta qualquer fundamentação técnica e/ou política para o estabelecimento do contrato-programa e para a comparticipação financeira, no montante de dez mil euros, para além de que não se apresenta cabimento orçamental. -----

O Sr. Presidente referiu que é uma opinião válida, mas, na prática, estão a conceder um apoio extraordinário para um evento que reputam importante, dado o interesse do desporto motonáutico, que não é barato, movimenta pessoas com gostos específicos, e pode ajudar a economia local; é uma opção de gestão e dez mil euros é o apoio que podem conceder, mas não é um valor muito expressivo; é muito bom que tenham conseguido atrair um evento desta natureza para o território, sem custos de maior. Realçou que poderia ser apresentado um relatório mais detalhado, mas há coisas que são mais ou menos óbvias, e o importante é a captação da organização deste tipo de eventos para Tomar, tendo em conta as grandes potencialidades que tem, no Castelo do Bode e, se o conseguirem, na Barragem do Carril; a falta de cabimento é uma falha que irá que ser corrigida. -----

N.º 07 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE TOMAR E A ASSOCIAÇÃO DE PATINAGEM DO RIBATEJO-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Rita Freitas referente à informação n.º 1405/2024 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do Protocolo de Colaboração a estabelecer com a Associação de Patinagem do Ribatejo, para a utilização do Pavilhão Municipal Patrícia Sampaio, nos respetivos termos e fundamentos. -----

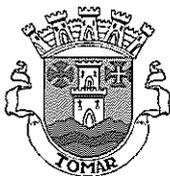
Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar a minuta do referido Protocolo de Colaboração, nos seus exatos termos. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----

N.º 08 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Associação Cultural e Recreativa de Santa Cita-----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva à festa anual em honra do Senhor



Jesus das Necessidades, em Santa Cita, no período de 30 de agosto a 11 de setembro, nos termos e fundamentos da informação n.º 3784/DAJA/2024. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 1627/DAJA/2024, de 29 de agosto, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 09 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Centro Recreativo, Cultural e Desportivo D. João -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva à festa anual em Fonte D. João, no período de 10 a 24 de setembro, nos termos e fundamentos da informação n.º 3889/DAJA/2024. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 1670/DAJA/2024, de 5 de setembro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 10 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Mundo Elaborado-Unipessoal, limitada -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de flyers de Mundo Elaborado-Unipessoal, limitada, nos dias 4 e 5 de setembro, nos termos e fundamentos da informação n.º 3855/DAJA/2024. -----

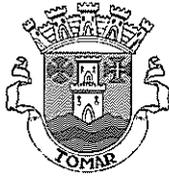
Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 1655/DAJA/2024, de 3 de setembro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 11 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Asseiceira -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a colocação e distribuição de publicidade alusiva à 8.ª Edição da Ceyceyra Medieval, na Asseiceira, nos termos e fundamentos da informação n.º 3909/DAJA/2024. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 1681/DAJA/2024, de 9 de setembro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime



jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 12 – ARRUADA DA SOCIEDADE BANDA REPUBLICANA MARCIAL NABANTINA –
isenção de taxas**-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hélder Henriques submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas aplicáveis à arruada comemorativa do 150.º aniversário da Sociedade Banda Republicana Marcial Nabantina, nos termos e fundamentos da informação n.º 3869/DAJA/2024.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar as taxas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:-----

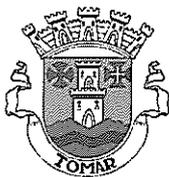
**N.º 13 – CONTRATO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL CLDS 5G PARA O
CONCELHO DE TOMAR – parceria e plano de ação**-----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal o plano de ação do Contrato Local de Desenvolvimento Social CLDS 5G para o concelho de Tomar, nos anos de 2025 a 2029, e a constituição de parceria com o Centro de Assistência Social de Tomar, para execução de ações nele previstas, após parecer do Conselho Local de Ação Social, nos termos e fundamentos da informação n.º 1309/2024 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente e respetivos anexos.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar a constituição de parceria com o Centro de Assistência Social de Tomar para o desenvolvimento do Contrato Local de Desenvolvimento Social CLDS 5G de Tomar, nos termos constantes do documento designado "Doc. Parceria CLDS5G.pdf", e o Plano de Ação 2025-2029 do referido CLDS 5G, constante do documento designado "Plano de ação CLDS-5GF.pdf", nos termos das disposições do regulamento do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social, republicado em anexo à Portaria n.º 428/2023, de 12 de dezembro.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Filipa Fernandes explicou que se pretende dar continuidade à parceria com esta entidade, e ao trabalho desenvolvido nas anteriores gerações deste Contrato Local de Desenvolvimento Social; até ao ano dois mil e



vinte e nove, serão trabalhados, na quinta geração, três eixos, cabendo ao CAST continuar a coordenar o envelhecimento ativo e ao Município a infância e o apoio às famílias vulneráveis, nomeadamente combate à exclusão e à pobreza; o plano de ação teve por base o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social.-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 14 – LICENCIAMENTO DE ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A HABITAÇÃO COLETIVA E COMÉRCIO E SERVIÇOS – estacionamento - Ana Catarina Fernandes Gomes André e outros -----

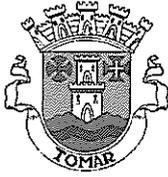
Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes referente ao processo n.º 275/EDIF/DGT/2023, relativo ao licenciamento de alteração e ampliação de edifício sito na avenida D. Nuno Álvares Pereira, n.º 55, 55-A e 55-B, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, composto por dois apartamentos de tipologia T2, duas arrecadações e três lojas para comércio e serviços, requerido por Ana Catarina Fernandes Gomes André e outros, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a não criação de três lugares de estacionamento, mediante pagamento de compensação, nos termos e fundamentos da informação n.º 12266/2024 da Divisão de Gestão do Território, calculada em 1.260,43€ (mil, duzentos e sessenta euros e quarenta e três cêntimos).-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aceitar o pagamento de compensação pelos lugares de estacionamento não criados, nos termos propostos e previstos no ponto 5.4 do artigo 23.º do regulamento municipal de urbanização e edificação e de taxas urbanísticas do Município de Tomar.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 15 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade -----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes referente ao processo n.º 551/EDIF/DGT/2021, em que é requerente Mariana Inês Vicente Gameiro, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento de obras de construção de muro de vedação confinante com a via pública, na Rua Corredoura do Mestre n.º 54, em Palhavã de Cima, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 12624/2024 e 12801/2024 da Divisão de Gestão do Território.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência



prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 16 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES Declaração de Caducidade -----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes referente ao processo n.º 325/EDIF/DGT/2017, em que é requerente José António Pesqueira Rodrigues Patrício, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento de obras de alteração/construção do prédio sito em Cabeça de Carvalho, Freguesia de Olalhas, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 13072/2024 e 13078/2024 da Divisão de Gestão do Território. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 6 do artigo 20.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 30 dias, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que a informação técnica propõe que o prazo de audiência prévia seja de quinze dias e o Chefe de Divisão, sem qualquer justificação, alarga o prazo para trinta dias, e gostariam de perceber porquê.-----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes referiu que está concertado que o prazo seja de quinze dias, mas alguma justificação haverá para a proposta do dirigente, se bem que não esteja em condições de a indicar neste momento. -----

O Sr. Presidente referiu que não estão a cometer nenhuma ilegalidade concedendo um prazo maior. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão realçou que se tem notado a uniformização do prazo de audiência prévia e, neste processo, o prazo aumenta e não se indica qualquer justificação, e gostariam de ser esclarecidos, até por uma questão de justiça em relação aos demais requerentes nas mesmas condições. -----

O Sr. Presidente referiu que se o processo for retirado estarão a dar ainda mais quinze dias e também nada impedirá que possam dar trinta dias a todos.-----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes realçou que as informações que fundamentam a



proposta de deliberação não estão alinhadas no prazo. -----

O Sr. Presidente manteve a proposta de deliberação. -----

N.º 17 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade -----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes referente ao processo n.º 536/EDIF/DGT/2021, em que é requerente Construções A. H. Pereira, SA, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento de obras de alteração e ampliação de edifício de habitação e construção de muro de vedação confinante com a via pública, na E. N. 110, no Pintado, União das Freguesias de Casais e Alviobeira, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 13057/2024 e 13079/2024 da Divisão de Gestão do Território. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL: -----

N.º 18 – DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL – atividade operacional no ano de 2024 -----

Foi presente, para conhecimento, informação relativa à atividade operacional da Divisão de Proteção Civil no mês de agosto. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

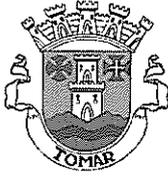
N.º 19 – CENTRO DE RECOLHA OFICIAL – dados estatísticos referentes ao ano de 2024 -----

Foram presentes, para conhecimento, os dados estatísticos do Centro de Recolha Oficial relativos ao mês de agosto, elaborados pelo Gabinete Médico Veterinário. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

N.º 20 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CASAIS E ALVIOBEIRA - Fernando Manuel José Rodrigues -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a emissão de parecer favorável ao processo PR.006128.2024, relativo a ações de rearborização com eucalipto-comum, numa área de 0,49 hectares, no prédio sito em Quinta do Paço, União das Freguesias de Casais e Alviobeira, a desenvolver por Fernando Manuel José Rodrigues, nos



termos e fundamentos da informação n.º 757/2024 da Divisão de Proteção Civil. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou emitir parecer favorável ao abrigo do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na sua atual redação. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 21 – DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL – Relatório da ação inspetiva da ANEPC -----

Foi presente, para conhecimento, o relatório da ação inspetiva realizada ao Corpo de Bombeiros do Município de Tomar pela Inspeção dos Serviços de Emergência e Proteção Civil da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

DIVISÃO FINANCEIRA: -----

N.º 22 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA DE TOMAR E INSTALAÇÃO DA CRECHE – procedimento de contratação -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que, no seguimento da ata da reunião do júri do procedimento de concurso público para contratação da empreitada de requalificação do Jardim de Infância de Tomar e instalação da creche, aprovou a resposta aos erros, omissões e esclarecimentos, bem como o novo mapa de trabalhos. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 717/DF/2024, de 29 de agosto, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco, com a declaração de voto transcrita em ata. -----

Declaração de voto da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco: -----

“À semelhança de empreitadas anteriores, assistimos mais uma vez, ainda na fase da contratação pública, ao apontar de vários erros e omissões no projeto, para além de diversos pedidos de esclarecimentos, tendo levado até à inclusão de um novo mapa de trabalhos. No fundo, acabam por ser os empreiteiros a assumir a responsabilidade da revisão do projeto, que deveria ser assumida pela Câmara Municipal. -----

O histórico da governação municipal socialista na gestão da obra pública deixa adivinhar que esta será mais uma obra invariavelmente atrasada e com derrapagens orçamentais. -----



Não menos importante, é o facto de nem todos os pedidos de esclarecimento terem sido respondidos, como a própria informação técnica refere "Em nosso entender, parece-nos que o que ficou por esclarecer não será relevante, mas só teremos a certeza mais adiante". O que nos parece até ir contra o Código dos Contratos Públicos, que diz na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º que "O órgão competente para a decisão de contratar, ou o órgão para o efeito indicado nas peças do procedimento, deve prestar os esclarecimentos solicitados". Não é, por isso, uma questão de apetecer ou querer, é uma questão de lei.-----

É também preocupante o peso muito significativo que esta obra terá no orçamento municipal: com um valor global superior a 3.5M€, o valor do financiamento é de cerca de 987mil€, ou seja, esta empreitada custará aos cofres do Município cerca de 2.5M€. Lamentamos que a governação socialista não tenha sabido procurar fontes de financiamento adequado que permitissem minimizar o impacto financeiro da obra. -----

E, com a quantidade de erros e omissões já apresentados, tudo leva a crer que será mais uma obra com trabalhos a mais que se traduzirão em maior despesa. -----

Os Vereadores do PSD votam contra." -----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que, aparentemente, se estão a por a jeito para mais uma obra com atrasos no tempo e derrapagens no orçamento; são os empreiteiros que estão a fazer a revisão do projeto, numa fase muito inicial do procedimento de contratação, e a apresentar um rol extenso de erros e omissões, para além de vários pedidos de esclarecimento, dando inclusivamente origem a um novo mapa de trabalhos; acresce que nem todos os pedidos de esclarecimento foram respondidos sendo que, nos termos da informação técnica "... parece-nos que o que ficou por esclarecer não será relevante, mas só teremos a certeza mais adiante", mas, no seu entender, isso é grave e parece contrariar as disposições do Código dos Contratos Públicos; a alínea a) do número cinco do artigo quinquagésimo refere que o órgão competente para a decisão de contratar deve prestar os esclarecimentos solicitados e o Município está expressamente a não o fazer na totalidade; o Sr. Presidente costuma dizer que o importante é andar para a frente, mas é importante saber como o fazem, nomeadamente nesta obra, que tem o preço base aproximado de três milhões e meio de euros e o financiamento aprovado não chega a um milhão, e ainda podem crescer trabalhos a mais e trabalhos complementares no decorrer da obra. Perguntou se a comparticipação financeira será efetuada com fundos próprios ou haverá recurso a financiamento bancário, ou outro tipo de solução.-----

O Sr. Presidente esclareceu que o projeto foi objeto de revisão, como se defende, e, afinal,



ainda estão a ser indicados eventuais erros desse projeto, o que é natural porque são diferentes as visões de quem projeta e de quem executa, nomeadamente na utilização de alguns materiais, e quanto maior for a obra mais natural será. Referiu que o projeto é ambicioso e muito interessante e a obra precisa de avançar; particularmente para a creche o financiamento garantido é bastante diminuto, em Tomar e noutros concelhos, em obras públicas e em investimentos privados, e a questão tem sido discutida no âmbito da Comunidade Intermunicipal, no sentido de tentar, junto do Estado Central, garantir mais financiamento para estas obras, e há a expectativa de o virem a conseguir. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que a obra vai avançar e o compromisso do Município ascende a dois milhões e meio de euros; é muito dinheiro para os cofres municipais e parece ter havido alguma falta de trabalho de casa para antecipar esta situação tanto mais que, se bem se recorda, há uma diferença muito significativa face à previsão do investimento estimado apresentado no Instrumento Territorial Integrado. Realçou que gostaria de se poder pronunciar sobre a revisão do projeto, mas não teve oportunidade de a apreciar, pese embora o requerimento que apresentou, na reunião ordinária de julho, para aceder a toda a documentação e informação relativa ao processo de revisão do projeto; a resposta limitou-se a uma síntese dos passos do processo de contratação e a revisão em si não lhes chegou, pelo que ignoram qual o âmbito que teve e o que foi ou não foi verificado. Reforçou o requerimento para aceder a toda a documentação e informação relativa à revisão do projeto, nomeadamente ao respetivo relatório, porque só assim poderão avaliar e emitir pronúncia, sendo certo que continua a acreditar na importância da revisão de projeto e na sua obrigatoriedade face ao Código dos Contratos Públicos e ao valor da obra, para além de que o revisor do projeto passa a partilhar responsabilidade sobre os erros e as omissões. -----

O Sr. Presidente referiu que estava convencido que essa documentação tinha sido enviada, mas vai avaliar o que se passou. Reforçou que a ideia de ser obrigatório mais não é do que uma opinião; o processo da Gualdim Pais obteve o visto do Tribunal de Contas e a revisão do projeto não foi solicitada, antes a sua execução foi recomendada; há Presidentes de Câmara que dizem que, por princípio, não a fazem e a generalidade dos Municípios do Médio Tejo não a faz, nomeadamente os eleitos do PSD; ainda não há portaria para sustentar essa questão e tem que ser entendida como uma recomendação; pela experiência, em processos desta dimensão, a revisão do projeto eleva os custos, na ordem dos trinta/quarenta mil euros, e atrasa os processos, pelo menos seis meses, se bem que, no Médio Tejo, tenham um Acordo Quadro e a contratação do serviço seja mais rápida. Recordou que o projeto foi realizado em



tempo record, para poderem aproveitar a oportunidade de financiamento, até para reparar um erro histórico; independentemente da solução, também criticável, quando já se faziam centros escolares em todo o lado, optou-se por avançar para a Escola do primeiro ciclo Raúl Lopes e deixar o Jardim de infância naquelas instalações, que não podem orgulhar a ninguém. -----

EXPEDIENTE: -----

N.º 23 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Igreja Evangélica Baptista de Tomar-----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a cedência do autocarro, no dia 27 de outubro de 2024, para atividade da Igreja Evangélica Baptista de Tomar, com o custo estimado de 454,28€ (quatrocentos e cinquenta e quatro euros e vinte e oito cêntimos), com pagamento de portagens a cargo da entidade, nos termos da informação n.º 3938/DAJA/2024. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho 1690/DAJA/2024, de 11 de setembro, que autorizou a cedência do autocarro municipal à Igreja Evangélica Baptista de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

Terminados os trabalhos, sendo onze horas e cinquenta minutos, o Sr. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo. --